

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE EDUCANDOS PNEEs**

CHRISTIANNY FREITAS CELESTINO

PICOS – PI

2014

CHRISTIANNY FREITAS CELESTINO

**O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE EDUCANDOS PNEEs**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvidio Nunes de Barros - Picos, como requisito necessário para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

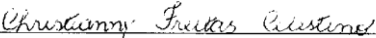
Orientadora: Prof.^a Ms. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

PICOS – PI

2014.

Eu, **Christianny Freitas Celestino**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 11 de Março de 2014.


Assinatura

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

C392p Celestino, Christianny Freitas.
O Processo de ensino – aprendizagem no atendimento educacional especializado de educandos PNEEs / Christianny Freitas Celestino. – 2013.

CD-ROM ; 4 ¾ pol. (55 p.)

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.
Orientador(A): Profa.MSc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

1. Educação Especial. 2. Atendimento Educacional Especializado. 3. Educação Inclusiva. I. Título.

CDD 371.9

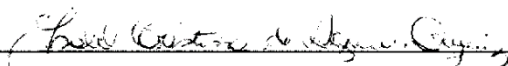
**O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE EDUCANDOS PNEEs**

CHRISTIANNY FREITAS CELESTINO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

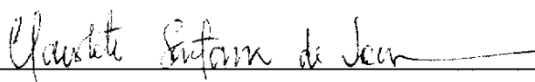
Data de Apresentação: 25 / 02 / 2014

BANCA EXAMINADORA

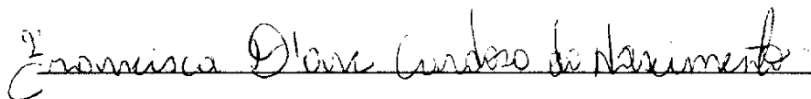


Prof.^a Ma. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

UFPI



Prof.^a Esp. Claudete Santana de Sousa



Prof.^a Esp. Francisca D'arc Cardoso do Nascimento

AGRADECIMENTOS

À Deus, ser supremo e responsável por todas as maravilhas

Ao meu esposo e minha filha por acreditarem no meu potencial e serem meus motivos para não pensar em desistir

À Mestra Isabel Orquiz, por nortear todos os caminhos neste trabalho.

Aos colegas de classe que sempre estiveram ao meu lado

Aos Professores da Universidade Federal do Piauí, pela sabedoria e conhecimento durante esses cinco anos, em especial a Professora Oneide Rocha pelo carinho e atenção.

A todos, meu sincero obrigado!

DEDICATÓRIA

A Deus, minha fonte segura, meu pilar espiritual, o ser que me acolhe e me mostra que todo caminho tem uma saída.

A minha filha, razão maior de todas as minhas lutas e vitórias, por não desanimar nas nossas idas e vindas, por ser minha base para chegar mais longe.

Ao meu esposo, um companheiro inigualável, pela força, pelo amor e compreensão que a mim dedica.

A Elielma, amiga que me mostrou que uma amizade sólida não se desfaz que na vida existem pessoas do bem, que pregam e fazem o bem.

“O tempo e a defesa de uma posição firme e clara sobre o que representa a educação especial, em uma dimensão inclusiva pode ser (e será) uma força para a transformação da realidade atual de nossas escolas ao abraçarem a inclusão” [...] (MANTOAN, 2005, p. 26).

RESUMO

Numa época onde os discursos sobre educação se voltam para a temática da educação especial, o presente trabalho trata do estudo sobre o processo ensino-aprendizagem na Educação por meio do Atendimento Educacional Especializado, se faz interessante por apontar além de um percurso bibliográfico com base em autores como Mantoan (2005, 2007) Mazzota (1996) Sasaki (2004), Bautista (1997), a prática observada e questionada no processo de ensino inclusivo. Dessa maneira a discussão gira em torno da busca de entender: Como tem ocorrido o processo ensino-aprendizagem dos alunos portadores de deficiências? E os questionamentos trazidos a partir desse problema nos trazem reflexões sobre como a educação especial vem sendo trabalhada nas escolas públicas, como as políticas tem atendido as necessidades desses educandos e verificando se os serviços oferecidos efetivam a educação inclusiva. O estudo é de grande relevância porque aponta dados da inclusão, da formação dos profissionais envolvidos tanto no ensino regular quanto ao AEE, das falhas observadas, das principais necessidades frente ao trabalho que deve ser desenvolvido, do envolvimento da família e do desenvolvimento dos educandos. No levantamento bibliográfico foram feitos levantamentos a cerca do tema e de alguns estudiosos como base para desenvolver tal estudo e durante a pesquisa de campo foi observado o espaço e realizados roteiros de entrevistas com professores que fazem parte do Atendimento Educacional Especializado nos níveis atendidos: Deficiência Auditiva, Deficiência Visual e Deficiência Intelectual, gestor, pais e alunos PNEEs. A pesquisa foi realizada na Unidade Escolar Cônego Acilino no município de Valença do Piauí, que funciona há sete décadas e há oito anos recebeu a sala de recursos, ambiente onde os alunos com necessidades especiais são atendidos. Dessa maneira, esse estudo reflete aspectos importantes da realidade da Educação especial apontando críticas e possíveis soluções para a garantia da Educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Educação Inclusiva. PNEE.

ABSTRACT

In an era where the discourses on education turn to the issue of special education, the study of the teaching-learning process in education through specialized education, it is interesting to point beyond a bibliographic journey, the practice observed and questioned in process of inclusive education, that way the discursão revolves around the quest to understand As has been the teaching-learning process of students with disabilities? And the questions brought from that problem brings us reflections on special education has been worked in public schools, as policy has served the needs of these students by checking if services actualize inclusive education. The study is of great importance because of the inclusion data points, the training of professionals involved in both regular education and in the ESA, the failures observed, the main front of the work that needs to be developed, the family involvement and development of students. In bibliographic surveys were made about the topic and some scholars as the basis for developing such a study and during field research space was observed and conducted interviews with teachers routes that are part of the Specialized Educational Services in visited levels: Hearing Impairment, Visual Impairment and Intellectual Disability, manager , parents and students PNEEs . The research was conducted in a public school in the state education system that works for several decades and a few years ago received the living resources, environment where students with special needs are met. Thus, this study reflects important aspects of the reality of Special Education with criticism and possible solutions for ensuring inclusive education.

Keywords: Special Education. Specialized educational services. Inclusive Education. PNEE.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	14
2.1 Educação Especial no cenário mundial.....	14
2.2 Educação Especial no Brasil	17
2.3 Educação Especial no Piauí.....	19
3 EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEITOS E ASPECTOS LEGAIS.....	21
3.1 Conceituação de Educação Especial.....	21
3.2 Princípios Básicos.....	21
3.3 Pressupostos Legais.....	23
4. EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS TIPOS DE DEFICIÊNCIAS.....	29
4.1 Deficiência Auditiva.....	29
4.2 Deficiência Visual.....	32
4.3 Deficiência Intelectual.....	34
5. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS PNEE.....	38
6. UNIDADE ESCOLAR CÔNEGO ACILINO E OS PNEE.....	40
6.1 Percurso Metodológico do Estudo.....	40
6.2 O Atendimento Especializado na Perspectiva do Diretor.....	42
6.3 A fala dos docentes sobre os educandos PNEE.....	43
6.4 Os pais e a inclusão de seus filhos (as) no contexto escolar.....	45
6.5 Relato das observações pela pesquisadora.....	46
7 Considerações Finais	48
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE	

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo busca por meio de investigações e análises responder às questões que envolvem o campo da Educação Especial principalmente no que se refere aos seus princípios e desafios. Para tanto, serão abordados temas como o aspecto histórico da Educação Especial, os fatores que envolvem a inclusão na escola, níveis de deficiências e necessidade com base no AEE – Atendimento Educacional Especializado como apoio para os Portadores de Necessidades Educacionais Especiais-PNEE.

Sabemos que a trajetória dos portadores de necessidades educacionais especiais na conquista de seus direitos não tem sido fácil, assim como também sabemos que grande parte da sociedade segrega e usa o preconceito como forma de impedir o seu crescimento enquanto cidadão. Garantir seus direitos tanto na educação como nas demais esferas da sociedade surge como um grande desafio, pois existe a necessidade de desmistificar a ideia de que os deficientes não podem aprender e desenvolver habilidades.

O processo de inclusão tem suas controvérsias, percebemos nas escolas o empenho em adequar espaços físicos, em promover uma arquitetura que favoreça a acessibilidade, que é garantida pela Lei 10.098 de 2002. Mas reconhecemos que o maior desafio dentro deste processo não é a estrutura física, porém é a qualificação profissional dos professores, o preparo de toda a comunidade escolar para receber e conviver com os educandos PNEE. Como também um repensar do currículo abordado pela escola, onde geral exclui a realidade dos alunos e suas necessidades em detrimento de uma preocupação exacerbada com conteúdos e carga horária.

A maioria do professorado concluí seu curso de graduação com noções básicas sobre o que seja a Educação Especial¹. Contudo, quando partem para

¹ Os cursos de graduação oferecem a disciplina Fundamentos da Educação Especial, com carga horária de 60 horas aula. Essa carga horária é totalmente insatisfatória dada à necessidade e urgência de se promover uma qualificação adequada ao professor que tão logo estará se deparando com uma situação dificultosa para si devido a uma formação fragmentada e porque não dizer deficiente.

atuar no exercício do magistério se deparam com situações que exigem conhecimentos específicos no que diz respeito à metodologia de ensino e didática específica para esse cenário educacional.

Esta pesquisa tem como objetivo geral conhecer como as práticas no Atendimento Educacional Especializado e seus desafios se dá o processo ensino-aprendizagem dos educandos PNEE através das práticas desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado e seus desafios. Enquanto objetivos específicos pretende-se: Identificar os aspectos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem; Verificar as formas de atendimento ao portador de necessidade educacional especial; Compreender o processo de inclusão por meio do Atendimento Educacional Especializado e, Reconhecer os principais desafios na aprendizagem dos portadores de necessidades educacionais especiais.

Mediante os objetivos acima propostos colocam-se as questões que guiarão a pesquisa monográfica - Quais os tipos de deficiências atendidas? Como são atendidos os portadores de necessidades educacionais especiais? Qual a didática utilizada pelos professores? Quais os recursos didáticos disponíveis para o ensino? Quais são as principais atividades realizadas, em relação ao planejamento diário? Qual a acadêmica dos profissionais envolvidos? Quais os principais desafios neste processo? De que maneira ocorre o envolvimento da família no processo de aprendizagem do filho (a) PNEE?

Assim, a relevância deste trabalho justifica-se mediante a necessidade de conhecer a realidade sobre a Educação Especial verificando os pontos que são desafiadores referentes aos métodos de ensino, às formas de deficiência e a qualificação do profissional da Educação Especial com foco em AEE (Atendimento Educacional Especializado).

O estudo tem como cenário a realidade educacional da Escola Cônego Acilino, localizada na cidade de Valença do Piauí/PI. Para aprofundamento em relação às particularidades da Educação Especial na realidade acima citada se contará com a participação da direção da escola, dos educadores, educandos e pais de alunos PNEE.

A abordagem metodológica do estudo é de cunho qualitativo, onde se procurará através de aplicação de questionário ao gestor, docentes e pais conhecer melhor as experiências desencadeadas a partir das vivências no ambiente escolar. Para os educandos será elaborado um roteiro de questões, tendo em vista a realização de entrevista, além de relato de observação em turmas regulares e, em salas de Atendimento Educacional Especializado.

Para uma apresentação mais sistematizada do trabalho, o capítulo I, traz uma introdução abordando de maneira sucinta a temática, o capítulo II trata de breve contexto histórico da Educação Especial, o capítulo III apresenta questões conceituais e aspectos legais, o capítulo IV compreende a Educação Especial e os tipos de deficiências e o capítulo V traz o Atendimento Educacional Especializado aos PNEE. Após, o referencial teórico prioriza-se apresentação da unidade escolar participante do estudo e os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários, entrevistas e observações.

2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é um assunto constantemente abordado por uma parte significativa do cenário educacional. A luta pela igualdade na educação teve uma trajetória difícil marcada por momentos singulares dentro da história. Contudo, sabe-se que a conquista pelo espaço na educação por parte de pessoas com deficiência atravessou diversas barreiras para serem consolidados seus direitos.

2.1 Educação Especial no cenário mundial

Em todas as sociedades existem pessoas com algum tipo de deficiência física, sensorial ou mental, cujas causas e consequências costumam ser agravadas em decorrência do perfil de desenvolvimento econômico, político e cultural de cada sociedade.

Mazzotta (1996) reúne experiências educacionais dispersas, no tempo e no espaço, referentes às pessoas com deficiência. Logo, percebe-se que as primeiras ações concretas no que diz respeito a estudos na área da Educação Especial ocorreram na Europa, Estados Unidos, Canadá, Brasil. A primeira obra sobre educação de deficientes foi editada em 1620, na França – “Redação das letras e a arte de ensinar os mudos a falar”, de autoria do francês Jean-Paul Bonet.

Em 1770, Charles M. Eppée fundou, em Paris, a primeira instituição especializada na educação de surdos-mudos, inventando o método de sinais. Já na Alemanha, Samuel Heineck criou o método oral.

No ano de 1784, em Paris, a fundação do Instituto Nacional de Jovens Cegos, inspirou o surgimento de instituições similares na Europa – ensino da leitura tátil por meio de letras em relevo, criado por Valetin Hauy.

Em 1819, Charles Barbier, criou o sistema baseado no processo de escrita codificada, representando os 36 sons usados na língua francesa.

Em 1829, Louis Braille adaptou o código às necessidades dos cegos.

O médico francês, Jean Marc Itard, século XIX, elaborou o primeiro manual de educação de “retardados”, a partir do estudo de caso de uma criança “idiota”, conhecida como o “Selvagem de Aveyron”.

Edward Seguin, criou o primeiro internato público para crianças “retardadas mentais”, na França. Seguin, adotou estudos neurofisiológicos e a utilização de recursos didáticos para o tratamento de seus pacientes.

A partir de 1817 e 1850, proliferam escolas para cegos, surdos e retardados mentais. Apesar de serem poucas escolas, ainda assim observa-se um avanço em relação à preocupação que se passa a ter com tais pessoas que até então eram totalmente segregadas. Em 1896, foi fundada a primeira classe especial diária para “retardados mentais”.

Em 1900, em Chicago, cria-se a primeira classe para cegos e a primeira classe para crianças aleijadas.

Montessori, pesquisadora que contribuiu com os estudos nesta área, aprimorou seus estudos desenvolvendo uma metodologia baseada na autoeducação, empregando vários materiais didáticos como: blocos, encaixes, recortes, objetos coloridos, letras em relevo, etc. Esse método foi usado com crianças que apresentavam retardo mental e também na educação de crianças em idade pré-escolar.

Em 1940, foi criada a primeira associação organizada por pais de crianças com paralisia cerebral. Outro avanço no que diz respeito aos estudos, pois até o presente ano não existia instituições que oferecessem tratamento para pessoas com paralisia cerebral.

No ano de 1950, criação da National Association For Retarded Children – NARC, nos Estados Unidos. E, no Brasil, criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Como referência a Assembleia Geral da ONU² instituiu o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência.

² ONU – Organização das Nações Unidas.

No decorrer do percurso histórico pode-se constatar o uso indiscriminado de terminologia de cunho terapêutico como retardado mental, mongolismo, criança excepcional, deficiência mental educável, treinável e dependente. Para os dias atuais essas terminologias são consideradas uma forma de desrespeito grave, excludente, discriminatória e preconceituosa. O que implica dizer que nesses períodos mencionados acima não havia uma preocupação com o bem estar da pessoa partindo da forma de tratamento que era submetida.

Outro fator interessante de ser citado é a ênfase apresentada aos aspectos endógenos (orgânicos) e desconsideração dos aspectos exógenos (ambientais). Ou seja, via-se a questão da deficiência apenas a partir de disfunções ou anomalias orgânicas, os efeitos sofridos em ambientes externos na maioria das vezes era ignorado.

Em 1993, a Assembleia Geral da ONU proclama as “Normas Uniformes sobre a Equiparação de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência”, ou seja, define a deficiência em função da relação entre a pessoa afetada e seu entorno. O princípio de igualdade de direitos significa que cada pessoa tem igual importância. Com isso, as pessoas deficientes passam a receber um olhar diferenciado da sociedade, mesmo que a passos lentos.

Já na Espanha, em 1994, delegados de 87 países referendaram um conjunto de princípios e diretrizes cujo paradigma fundamental é a educação como direito, em uma concepção de escola inclusiva – Declaração de Salamanca.

A Declaração de Salamanca surge e proclama o favorecimento da reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial.

As escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e os alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso À escola regular, tendo como princípio orientador que as escolas deveriam acomodar toda a criança independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (BRASIL, 2006, p. 330).

O que é defendido neste sentido é que os alunos com as mais diversas características devem estar em contato com a escola e com toda sociedade, esse

aspecto deve ser contemplado pela proposta pedagógica da escola no sentido de promover o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

Nesse respeito, percebe-se a vinculação a educação como sendo um direito e, que mais tarde torna-se algo relevante para a melhoria das pessoas que são portadoras de algum tipo de deficiência. Pois se compreende que o contato com outras pessoas nos diversos espaços, sobretudo, na escola promoveria a educação escolar através do processo de socialização inicialmente.

Com isso, cria-se a Escola Inclusiva que é uma proposta pedagógica centrada no desenvolvimento das potencialidades humanas.

2.2 A Educação Especial no Brasil

Com a chegada da família Real ao Brasil, vê-se a necessidade de se adequar a estrutura social aos moldes europeus. Isso ocorre juntamente com a necessidade que surge ao longo dos anos de dar atenção às pessoas deficientes daquele período. Com isso, D. Pedro II, em 1854, fundou na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto de Meninos Cegos. E, em 1857, o Imperador, fundou o Imperial Instituto dos Surdos Mudos.

No ano de 1957, o instituto recebeu a denominação de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, destinado à educação literária e a formação profissionalizante.

Em 1925, Belo Horizonte - MG, destaca-se pela criação da Escola Estadual São Rafael, especializada na educação de alunos com deficiência visual.

No ano de 1935 é criada a Escola Estadual Instituto Pestalozzi para crianças com distúrbios de conduta e deficiência mental – Helena Antipoff.

Por volta da primeira metade do século XX as origens das deficiências foram questionadas e surgiram instituições especializadas para cuidar dos portadores de necessidades especiais, um meio de segregação por não poder conviver com os alunos considerados normais, em 1954 é criada a APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e 1945 o primeiro atendimento

educacional especializado em superdotação na Sociedade Pestalozzi. Após a criação das APAES, em 1999, a Federação Nacional das APAEs – FENAPE – completou um total de 1600 entidades filiadas no território nacional.

Segundo Mazzota (1996) o governo Federal assumiu o atendimento “excepcional” por meio de campanhas. Sendo assim, a primeira campanha foi a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB.

Em 1958, surge a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, vinculada ao instituto Benjamim Constant. Após, o MEC encampa a Campanha de Educação de Cegos – CNEC.

No ano de 1960, foi promovida a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME, Sociedade Pestalozzi, APAE e MEC.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n. 5.692/71, numerosas ações são promovidas na educação em amparo aos excepcionais.

Somente em 1988, pela Constituição Federal, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola é garantida como um princípio para o ensino seguido pelo dever do Estado na oferta do atendimento educacional especializado, principalmente na rede regular de ensino (Art. 206 e 208).

Em 1986, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, passou a Secretaria Nacional de Educação Especial – SESPE. Em 1994, o SEESP – Secretaria de Educação Especial, lançou a “Política Nacional de Educação Especial”- PNEE.

Outro ganho significativo que se teve foi na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB n. 9394/96, onde o Capítulo V, aborda exclusivamente a Educação Especial.

A década de 90, especificadamente o ano de 1994 é marcado pela formulação de políticas públicas da educação inclusiva, a Política Nacional de Educação Especial surge para orientar o processo de integração instrucional que

condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular que possuam condições de acompanhar e desenvolver atividades curriculares programadas do ensino comum no mesmo ritmo que os alunos normais. (p.19), essa política surge como uma forma de valorizar os diferentes potenciais de aprendizagem dos PNE (Portadores de Necessidades Especiais) especificadamente no ensino comum.

2.3 Educação Especial no Piauí

No estado do Piauí, assim como em grande parte dos Estados brasileiros, a questão da Educação Especial também andou a passos lentos, com ações isoladas ao longo dos anos.

Dessa maneira, a Educação Especial, foi inserida no Sistema Estadual de Educação em 1970 quando o Serviço Social do Estado transferiu para a Secretaria da Educação a Escola Especial “Ana Cordeiro”.

Em 1973, passou-se a oferecer o atendimento na área da educação nos níveis de pré-escola, primeiro e segundo graus e Educação Supletiva. No ano de 1975, criado o Serviço de Educação Especial – SEE.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, Associação dos Cegos do Piauí – ACEP, Sociedade Pestalozzi, Associação dos Pais e Amigos do Deficiente Auditivo – APADA, também é criada no Estado.

Com o advento da inclusão, a Educação Piauiense passa a ter leis que norteiam a Educação especial no estado para garantia desse direito aos PNEEs. Atualmente o estado possui 164 escolas inclusivas e 210 salas multifuncionais onde estão matriculados cerca de 6.516 alunos com necessidades especiais.

Como ganho principal nesse âmbito tem a criação do CIES (Centro Integrado de Educação especial) em 2007 que presta atendimento a crianças e adolescentes com deficiência mental associada ou não a outras deficiências, na faixa etária de 0 a 14 anos, dispondo de uma equipe multiprofissional, que envolve professores, psicólogos, pedagogos, psicopedagogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicomotricistas, musicoterapeutas, odontólogos,

terapeutas ocupacionais, médicos e nutricionistas e tem como principal missão oferecer atendimento educacional especializado como condição para atender as exigências atuais do processo inclusivo, a produção de materiais acessíveis e a formação em exercício dos profissionais do Centro e a criação do CEIR em 2008 pelo Governo do estado em parceria com o Ministério da Saúde, é um Centro de referência em Reabilitação física, que busca atender pacientes com deficiências temporárias ou permanentes.

3. EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEITOS E ASPECTOS LEGAIS

O presente capítulo é destinado a uma abordagem de conceitos referente à Educação Especial, seguido da legislação pertinente a essa área e, os tipos de deficiências existentes, bem como o tratamento recebido na esfera escolar.

3.1 Conceituação de Educação Especial

LDB n. 9394-96: Educação Especial é entendida como uma modalidade de educação escolar e se materializa como,

um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal aos educandos que apresentam necessidades educacionais diferentes da maioria das crianças e jovens.

Logo, essa modalidade visa promover o desenvolvimento de pessoas portadoras de deficiência mental, visual, auditiva, física-motora e múltipla, para formação da cidadania.

3.2 Princípios Básicos

A atenção aos portadores de necessidades educacionais especiais tem passado por vários processos durante a história, foram alvos de preconceito, segregação e nas últimas décadas começaram a ganhar espaço no meio educacional, observemos alguns princípios que fizeram parte dessa trajetória buscando a garantia da cidadania dos PNEEs.

Por volta de 1960 o princípio da normalização surgia na tentativa de normalizar as condições de atendimento à pessoa com deficiência, o que se propunha nessa concepção ideológica era adequá-los às normas e formas de viver

da sociedade. De acordo com a Política Nacional da Educação Especial, o princípio da normalização:

Representa a base filosófico-ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem, ou seja, oferecer, aos portadores de necessidades especiais, modos e condições de vida diária o mais semelhantes possível às formas e condições de vida do resto da sociedade (BRASIL, 2001, p.22).

A base filosófica da normalização sinaliza para o princípio da integração, durante muito tempo ele norteou as práticas sociais voltadas para os PNEEs, é um processo que de certa forma se difere bastante do princípio da inclusão, pois na integração o aluno tem de se adequar a escola e não a escola adequar-se ao aluno, Bernardes (2010) afirma que nesse modelo nega-se a questão da diferença; o aluno especial é inserido no contexto escolar como qualquer outro, sem consideração quanto a possíveis diferenças existentes para seu processo de aprendizagem.

O que se espera do sistema de ensino não é apenas a inclusão física do aluno, mas a participação e o comprometimento da escola em incluir em todos os sentidos o aluno aquedando a escola às suas necessidades como prevê o princípio da individualização que valoriza as diferenças individuais e a adequação do atendimento educacional, respeitando seu ritmo e características pessoais. (BRASIL 1994, p. 37-39).

Existem ainda outros princípios que norteiam a ação pedagógica na Educação Especial: O Princípio Sociológico da Interdependência visa o melhoramento das potencialidades dos educandos, buscando parcerias nas áreas sociais, médicas e psicológicas, ou seja, uma articulação interdependente entre esses setores buscando consequências positivas.

Visando a ligação entre o que é necessário fazer e o interesse do PNEE o princípio Epistemológico da Construção do Real baseia-se na análise das

condições reais, nas diferentes necessidades dos alunos e na forma de atendê-los verificando as questões de temporalidade das ações.

As ações educativas são contempladas no Princípio da Efetividade nos modelos de atendimentos educacionais. Esse princípio faz referência à infraestrutura no que se trata dos recursos humanos, materiais, hierarquia de poderes e consensos políticos. O que se pretende nesse princípio é atingir a qualidade no atendimento aos PNEEs. Buscar a qualidade é reorganizar a escola para conviver com as diferenças, Mantoan (2007) diz que a melhoria da qualidade da educação especial inicia com o aprimoramento em todas as práticas existentes dentro da escola para que os educandos atinjam o êxito na aprendizagem.

O princípio do ajuste econômico com a dimensão humana procura atribuir valor à dignidade dos portadores de necessidades especiais como seres integrais tendo todos os direitos como qualquer cidadão e também podendo exercer sua cidadania participando na formulação de programas, políticas públicas que favoreçam sua participação ativa na sociedade desempenhando determinado papel como preconiza o princípio da Legitimidade.

Tais princípios norteiam a ação pedagógica de acordo com a Política Nacional da Educação especial e traz um legado de contribuições a cerca do processo de ensino-aprendizagem, sejam para revisar ou para atualizar a inclusão do PNEE na educação e na sociedade.

3.3 Pressupostos Legais

Durante longos períodos a educação de acesso universal não era contemplada em leis que possibilitassem a efetivação de políticas favoráveis aos PNEEs com a universalização da educação. Vários objetivos foram traçados na busca de garantir proteção e educação de qualidade para todos.

Como principal documento do país, a **Constituição Federal de 1988** assegura como dever da união, do estado e dos municípios o direito do PNEE a proteção e assistência, no Art. 23 no inciso II é ressaltada essa competência

comum “cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”.

No que se trata da educação a Constituição faz menção específica assegurando aos PNEEs o Atendimento Educacional Especializado e visa principalmente a sua inserção na rede regular de ensino proporcionando a integração com os demais educandos (Art. 208). A **Constituição Estadual do Piauí de 1989** também utiliza o art. 217 para consentir com o artigo da Constituição Federal supracitado em favor do atendimento e da rede regular para os PNEEs.

Ainda na Constituição observamos a garantia da qualidade de vida e promoção de serviços como obrigação da família e do estado e a proteção ao PNEE quando vedadas as formas de preconceito e quando estimulados os programas de assistência:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos: criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (Art. 227).

A **lei nº. 7.853-89** dispõe de argumentos favoráveis à educação e a saúde dos PNEEs, na área da educação é tratada a inclusão em todas as modalidades de ensino e a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino. Na área da saúde contempla programas de ações preventivas, programas de saúde desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social, essa lei é um dispositivo de garantia ao PNEE, essa lei é um dispositivo de apoio aos portadores de deficiências em sua efetiva integração social e nos exercícios dos direitos individuais e coletivos. (Art. 1)

Como dispositivo legal para inserção de qualquer adolescente ou criança à escola independente das características individuais, o **Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990** determina no art. 55 “pais ou responsáveis têm a” obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino assim como zela pela proteção judicial dos interesses individuais da criança e do adolescente “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência” (Art 208).

Ainda neste período ocorre uma Conferência Mundial que resultaria na **Declaração Mundial de Educação para Todos** com o objetivo de buscar a universalização do ensino e garantir a educação de qualidade para aqueles que apresentem todos os tipos de dificuldades sejam elas individuais, econômicas ou socioculturais, incluindo crianças com deficiência ou bem dotadas (p. 18)

Em 1994, a **Declaração de Salamanca** torna-se um documento imprescindível à política de atenção aos portadores de necessidades especiais, conclama a busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontravam desprovidas, reflete desafios, estabelece princípios e prioriza a educação inclusiva.

O desafio com que se confronta a escola inclusiva é o de ser capaz de desenvolver uma pedagogia centrada na criança, susceptível de educar com sucesso todas as crianças, incluindo as que apresentam graves incapacidades. O mérito destas escolas não consiste somente no fato de serem capazes de proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças; a sua existência constitui um passo crucial na ajuda da modificação das atitudes discriminatórias e na criação de sociedades acolhedoras e inclusivas (p. 4).

A lei orgânica e geral da Educação Brasileira, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394** aprovada no ano de 1996, representa um dos maiores ganhos para os cidadãos PNEEs traz em seu texto um capítulo dedicado a educação especial e nos primeiros artigos favorece a prática da educação especial pelo atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência (Art. 4 inc. III). A matrícula em rede regular de ensino é sempre defendida e possui exceções em casos extremos, a LDB reflete ainda aspectos dos trabalhos e das potencialidades dos PNEEs.

Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante

articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora. (LDB, 1996).

A nível estadual a Educação Especial é contemplada na **Lei 5.101** do Sistema de Ensino do Piauí, documento que respeita as peculiaridades dos alunos portadores de deficiências no que se refere às ações pedagógicas e integração do educando, são frisadas as seguintes diretrizes:

I – a organização curricular e metodológica, as técnicas e recursos pedagógicos adequar-se-ão às condições reais dos educandos;

II – a terminalidade específica poderá ser antecipada, ou a programação escolar acelerada, segundo o ritmo e a capacidade do aluno;

III – trabalho coordenado de professores com formação especial e professores do ensino regular, visará ao atendimento especializado e à integração do aluno nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho será desenvolvida com vistas à integração do aluno na sociedade e em atividades produtivas, como também a manifestação e aprimoramento de aptidões superiores no campo das artes, da produção intelectual e da psicomotricidade.

Algumas normas foram fixadas ao Sistema de Ensino do Piauí através da **Resolução CEE/PI nº 072/2003** que trata especificadamente da Educação Especial ressaltando princípios éticos como a preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania e estabelece ainda formas de atuação dos profissionais nos serviços de apoio pedagógico:

I – atuação e colaboração de professor especializado em Educação Especial;

II – atuação de professores intérpretes das línguas e códigos aplicáveis;

III – atuação de professores e outros profissionais itinerantes, intra e interinstitucionalmente;

IV – disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

Na lei da **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**, nº 7.853/59 especificadamente no Decreto nº 3.298 busca assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência. Contempla assuntos primordiais na educação especial, como a formação de recursos humanos para atender os PNEEs (art. 7), formação profissional e qualificação para o trabalho (art. 15), assistência integral a saúde e reabilitação da pessoa portadora de deficiência (art. 19) e entre tantos artigos importantes nessa lei, salientamos o (Art. 39) que diz “os editais de concursos públicos deverão conter o número de vagas existentes, bem como o total correspondente à reserva destinada à pessoa portadora de deficiência”, representando uma conquista quanto ao trabalho e a cidadania.

Como parte da construção de uma educação inclusiva de qualidade, surge em 2001 as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, documento que trata de todos os aspectos que envolvem o atendimento ao PNEE, a escolarização e os desafios, ações e fatores importantes relacionados à formação de profissionais que atuam na educação especial e principalmente a forma de atendimentos dos PNEEs.

Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino. (Art. 17).

Para finalizar os pressupostos legais, temos o **Plano Nacional da Educação** disposto pela Lei n. 10.172 que propõe uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos e a valorização da participação da comunidade como essencial, entre as suas metas fundamentais para a educação especial temos a curto e longo prazo: implantação de centros especializados, aparelhagem necessária ao alunado com necessidades especiais no ensino

superior para suporte na aprendizagem, utilização de transporte escolar adaptado, formação de profissionais, entre outros.

Dessa maneira, percebe-se que as leis brasileiras foram sendo construídos dando atenção à educação especial, sabemos do imenso desafio de tornar a escola um espaço realmente inclusivo, que contemple todas as especificidades da educação especial, mas a implantação e regularização das leis representam um marco para a luta pela democratização e qualidade de ensino para os PNEEs.

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS TIPOS DE DEFICIÊNCIAS

4.1 Deficiência Auditiva

Os conceitos gerais sobre deficiência auditiva variam de acordo com as origens, características e classificações, fatores importantes para delimitar as necessidades educacionais e o processo de aprendizagem, Couto (1985) exemplifica as deficiências auditivas.

DA Leve (com perda de 20 a 40 DB): são pessoas consideradas desatentas e distraídas. Por não perceberem todos os sons da palavra principalmente a voz fraca e distante, olha sempre para o rosto de quem está falando. Costumam pedir para repetir as informações.

DA Média ou Moderada (com perda de 40 a 70 DB): para as pessoas compreenderem a fala, é necessária uma voz forte, principalmente em ambientes ruidosos. Apresentam atraso de linguagem e alterações articulatórias. As dificuldades na compreensão da fala são mais notadas quando as frases são complexas

DA Severa (com perda de 70 a 90 DB): as pessoas só percebem voz muito forte e alguns ruídos do ambiente familiar. Decorrente disso, a compreensão verbal depende do apoio visual e da observação do contexto em que se desenvolve a comunicação.

DA Profunda (perda auditiva superior a 90 DB): O fato de não possuírem informações auditiva impede as pessoas identificarem a voz humana. Não adquirem linguagem naturalmente no ambiente familiar e não adquirem fala para se comunicarem, devido à ausência de modelo. (COUTO 1985, p.12)

As visões clínicas a respeito das deficiências auditivas nos dão suportes para entender as suas necessidades e para perceber as formas de intervenção no processo de ensino em cada caso, no entanto enquanto profissionais da educação, devemos ter um olhar reflexivo quanto a comunidade dos surdos, visto que eles não podem ser rotulados com problemas patológicos, mas considerados como uma comunidade que possui uma própria história, uma própria cultura e como cidadãos merecem um ensino de qualidade.

A institucionalização da educação especial no Brasil é de certa forma recente, apenas no ano de 1950 é que o atendimento educacional especial tem início, no entanto de acordo com Soares (1999) a educação dos surdos foi institucionalizada ainda no Império quando Dom Pedro funda no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos pela Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857 e que logo se tornaria o INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos.

A educação dos surdos sofreu várias modificações até chegar aos dias atuais, o Congresso de Milão foi a parte obscura da história, nesse período a linguagem gestual foi totalmente abolida e substituída pelo oralismo acreditava-se que a surdez era algo que deveria ser corrigida e que as crianças surdas deveriam ser instruídas pela fala.

O oralismo é o “processo educacional pelo qual se pretende capacitar o surdo a compreensão e na produção da linguagem oral e que parte do princípio de que o indivíduo surdo, mesmo não possuindo o nível de audição para receber os sons da fala, pode se constituir como interlocutor por meio da linguagem oral” (SOARES, 1999, p. 01).

No Brasil, o INES foi o marco na educação dos surdos na construção da língua de sinais mesmo assim no ano de 1979 na Proposta Curricular para deficientes auditivos fica estabelecido o oralismo como proposta de ensino, tendo como justificativa o uso exclusivo da língua oral e escrita para preparação do indivíduo para viver em sociedade. De acordo com Albres (2005) o oralismo deixa de prevalecer na atuação dos professores e em 1997 a comunicação total trazia uma nova realidade, professores começam a utilizar todos os meios para facilitar a comunicação, como sinais, fala e sistemas artificiais.

A FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) composta por ouvintes que almejam uma educação de qualidade para os surdos começava então a defender a língua de sinais por todos os lugares reivindicando seu uso dentro da escola, foram várias discussões e movimentos para conquistar a Língua de sinais no Brasil, que seria consolidada décadas depois.

Para a construção de uma nova proposta que visa a legitimidade da língua dos surdos no Brasil, é oficializada a língua de sinais no Brasil pela lei 10.436 de 24 de abril de 2002, nesse momento a comunidade surda é reconhecida como minoria linguística e a surdez passa de deficiência a cultura. (Thoma 2009).

Art.1º “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua brasileira de sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados”. Parágrafo único. Entende-se como Língua brasileira de

sinais – LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades surdas do Brasil (BRASIL, LEI DE RECONHECIMENTO DA LIBRAS, 2002).

A língua de sinais é composta por sinais estruturados utiliza gestos, expressões faciais e corporais, Brito (1997) acrescenta ao conceito.

As línguas de sinais são línguas naturais, como as línguas orais. Apareceram espontaneamente da interação entre pessoas. As línguas de sinais são econômicas, lógicas e complexas, mas, não são universais e cada língua de sinais tem sua própria estrutura gramatical. Servem para atingir todos os objetivos de forma rápida e eficiente na exposição de desejos, necessidades, sentimentos desde a mais tenra idade. A estrutura dessa língua permite a expressão de qualquer conceito dependendo da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano, possibilitando assim a estrutura do pensamento e da cognição, realizando a interação social entre indivíduos numa sociedade. Essa língua utiliza canal visual – espacial e não oral – auditivo (BRITO 1997).

Atualmente a comunidade surda tem o direito de se comunicar dentro e fora da escola, o reconhecimento da língua de sinais trouxe uma série de discussões acerca de educar os surdos desde a infância com as duas línguas, o bilinguismo, autores como Kyle (1999) e Jokinen (1999) defendem o uso da língua de sinais afirmando que o desenvolvimento escolar dos surdos só será efetivo se a língua de sinais for aceita como língua materna ou primeira língua.

As discussões acerca do Bilinguismo envolve fatores relativos que variam das condições linguísticas à profissionalização que favoreça essa inserção na escola.

Uma abordagem bilíngue envolve uma reestruturação da maneira de encarar a língua e a cultura surda, essa reestruturação afetará a visão que se tem da pessoa surda, a participação da comunidade surda adulta no processo educacional, a postura dos professores ouvintes frente ao aluno surdo, a redefinição dos objetivos e as estratégias de avaliação (SÁ, 1997 p.185).

Nesse sentido o que se defende não é exatamente a continuação de uma escola especial para surdos, uma educação para surdos, mas uma escola que seja inclusiva no sentido de que surdos sejam educados na sua própria língua, impor o aprendizado por uma língua que não é natural gera fracasso escolar e com isso opressão e exclusão, mas como dito anteriormente são muitos os desafios que perpassam essa temática e as políticas públicas ainda não contemplaram efetivamente essa educação para os surdos que realmente inclui.

4.2 Deficiência Visual

O conceito de deficiência visual é defendido atualmente como a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica, manifestada como cegueira ou visão reduzida (Soares, 1999).

No cenário brasileiro de acordo com dados do IBGE em 2000 registravam cerca de 148 mil pessoas cegas e 2,4 milhões com grande dificuldade de enxergar. Dentro da escola geralmente encontramos dois grupos de alunos, com baixa visão ou com cegueira, a baixa visão é a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou sensibilidade aos contrastes que interferem ou limitam o desempenho visual do indivíduo e a cegueira compreende as pessoas que não tem nenhum resíduo visual (Brasil, 2001).

As principais causas da deficiência visual estão refletivas em categorias variadas e compreendem as doenças infecciosas, acidentes, ferimentos, envenenamento, influências pré-natais, hereditariedade e principalmente a catarata, a atrofia do nervo ótico e o albinismo.

Os deficientes visuais tem apenas o sentido da visão comprometido, o fato de ter baixa visão ou cegueira não faz desse grupo pessoas incapazes de aprender e de realizar atividades que as pessoas videntes realizam. O panorama histórico sobre os deficientes visuais trazem exemplos de pessoas que na antiguidade se destacaram com suas habilidades, sendo consideradas pessoas

extraordinárias por acreditarem que a falta de visão impossibilitava seu desenvolvimento de acordo com Tureck (2003) ganharam destaque no século XVII, Nicholas Sounderson, matemático e professor em Cambridge, e Jacob de Netra, que criou sistema de letras em relevo; no século XVIII, Maria Thereza Von Paradis, concertista, e John Metcalf, comerciante e engenheiro.

Fazendo um recorte na história da educação dos deficientes visuais temos como dado importante dessa trajetória a primeira instituição de Educação para cegos, o Instituto Real dos Jovens Cegos de em 1784 na França criado por Valentin Hauy, foi exatamente nesse Instituto que iniciaram o uso das letras em relevo onde Louis Braille desenvolveu o método Braille e passou a ser professor da Instituição, seu método ganhou espaço e foi reconhecido mundialmente, esse método refere-se a leitura e escrita por meio de pontos em relevo, um sistema que abria portas na educação dos cegos daquela época até os dias atuais.

No contexto brasileiro foi o Instituto Benjamin Constant foi o primeiro a surgir por volta de 1854 no Rio de Janeiro, Lemos (2000) relata que tal instituto passou por uma série de dificuldades, chegou a se tornar asilo, não tinha um programa educacional específico, eram recebidas mais instruções e alguns conhecimentos, não tinha exatamente um ensino especializado que se dirigisse às necessidades dos cegos. Atualmente o Instituto é referência nacional em questões referentes à deficiência visual, acessora escolas e trabalhar com materiais impressos.

Com a constituição de 1988, novas legislações e diretrizes, a realidade da educação para deficientes visuais passaram por grandes mudanças, esses documentos preconizam a inclusão além de estabelecer condições necessárias às necessidades educacionais especiais dos alunos com DV, isso significa ter apoio de profissional especializado, materiais especiais e uma condição arquitetônica para recebê-los.

Quando se trata de materiais, no caso para os alunos que possuem cegueira, podemos citar o uso de lupas, sorobã, calculadoras sonoras, bengala longa, desenhos, mapas e gráficos em alto relevo e principalmente o uso do Braille

e materiais impressos que neste caso é usado em todos os níveis para favorecer a leitura e escrita dos alunos com DV.

Para alunos com baixa visão, não é necessário a aprendizagem da leitura e escrita em Braille a menos que haja uma perda gradativa da visão, no entanto Carvalho (1994) relaciona algumas adaptações que podem facilitar a aprendizagem desses alunos:

- Sentá-lo perto do quadro
- Colocar a carteira diante de uma iluminação adequada
- Permitir que observe gráficos, mapas e cartazes próximos aos olhos
- Dispor de livros ampliados
- Oferecer material impresso em formato especial
- Utilizar outros meios de ampliação
- Fazer uso de caneta ponta grossa, lápis de escrever 6B e Suporte para leitura de textos.

Os materiais ou as técnicas supracitadas são para facilitar o trabalho do professor e a aprendizagem do aluno, o processo precisa ser contínuo e seguro, as principais dificuldades devem ser esclarecidas e orientadas, é papel do professor e da comunidade escolar garantir que a permanência do aluno seja segura, principalmente no que se refere à mobilidade e a orientação no espaço escolar.

Alguns fatores são determinantes para a permanência do aluno com DV na escola, o professor deve estimular um ambiente de solidariedade e respeito entre os alunos, evitar o uso de termos pejorativos e de ser tratado como incapaz, as limitações visuais não o impedem de participar das atividades da escola, podendo desenvolver habilidades e atitudes como os videntes.

4.3 Deficiência Intelectual

As relações entre as definições sobre a Deficiência Intelectual variaram bastante em torno da complexidade em entender os campos da deficiência e para

valorização desses PNEEs como seres humanos independente de suas necessidades.

De acordo com a (AAIDD) Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento caracteriza-se como:

Um funcionamento intelectual inferior à média (QI), associado a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 anos de idade.

Há uma preocupação na nomenclatura usada para designar esses portadores, durante muito tempo existiu a confusão entre o termo adequado, no ano de 1995 a Organização das Nações Unidas oficializou o termo Deficiência Intelectual que logo seria defendido pela Organização Mundial de saúde em 2004 no Canadá.

Para diferenciação e justificativa do termo deficiência intelectual Sassaki (2004) contribui:

A partir da década de 80, o termo utilizado tem sido "deficiência mental". Antes disso, muitos outros termos já existiram. E, atualmente, há uma tendência mundial (brasileira também) de se usar "deficiência intelectual", termo com o qual concordo por duas razões. A primeira razão tem a ver com o fenômeno propriamente dito. Ou seja, é mais apropriado o termo "intelectual" por referir-se ao funcionamento do intelecto especificamente e não ao funcionamento da mente como um todo. (p. 8).

Durante a história dos Deficientes Intelectuais percebemos as marcas de preconceito, sofrimento e tortura. Na antiguidade clássica e na Idade Média, os deficientes intelectuais eram tratados como demoníacos, eram apedrejados e até mesmo queimados, ameaçados de extermínio. Tinham seus direitos negados até meados do século XIX, quando então a deficiência começa a ser conceitualizada e classificada para fins da obrigatoriedade no ensino.

Entendo a deficiência mental sinônimo de Deficiência Intelectual como proposto pela AAMR (2002) Associação Americana de Deficiência Mental, uma das

classificações mais aceitas quanto a Deficiência Intelectual são as defendidas por Bautista (1997):

Limite ou borderline - São crianças com muitas possibilidades, manifestando um atraso nas aprendizagens ou algumas dificuldades concretas. Muitos dos indivíduos provenientes de ambientes socioculturais desfavorecidos poderiam ser incluídos neste grupo, mas não há consenso entre os autores sobre a necessidade de criação deste grupo.

Ligeira - Estes indivíduos apresentam um atraso mínimo nas áreas perceptivas e motoras. Normalmente, é na escola onde são detectadas as suas limitações intelectuais

Moderada ou média Incluem-se indivíduos que podem adquirir hábitos de autonomia pessoal e social, mas com maiores dificuldades para os últimos. Podem aprender a comunicar pela linguagem verbal, mas apresentam frequentemente dificuldades na expressão oral e na compreensão de convencionalismos sociais. Difícilmente chegam a dominar as técnicas instrumentais de leitura, escrita e cálculo.

Grave - Criança que geralmente tem deficiência múltipla apresentam problemas psicomotores, poderão aprender algum sistema de comunicação, mas a sua linguagem verbal será sempre muito deficitária.

Profunda - Os indivíduos deste grupo apresentam problemas sensoriais e de comunicação com o meio. São dependentes dos outros em quase todas as funções e atividades

Segundo a AAMR a Deficiência Intelectual tem os fatores de risco e causas são perinatais onde se destacam a alterações cromossômicas, doenças infecciosas, má nutrição. Causas Perinatas: icterícia grave, oxigenação cerebral insuficiente e traumas de parto, principalmente. Causas pós-natais: desnutrição, intoxicações, acidentes, infecções e infestações. Geralmente é na escola que são detectados os primeiros indícios da deficiência, mas é necessário que uma equipe multiprofissional faça o diagnóstico.

A escola deve passar por certa revolução para o trato com alunos com deficiência intelectual, devem ser criadas condições de ensino para que a aprendizagem ocorra, o passo inicial depois de constatada a deficiência é ter um planejamento adequado às necessidades dos alunos. A Secretaria da Educação especial em seu manual de atendimento sobre deficiência intelectual discorre sobre o ensino refletindo que ao invés de adaptar e individualizar/diferenciar o ensino para alguns, a escola comum precisa recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel, sempre reconhecendo e valorizando as diferenças. (SEESP, 2006).

Quando se trata da deficiência intelectual além das práticas quanto ao ensino existe a necessidade de avaliar que pontos necessitam de intervenção do professor ou da escola, geralmente o aluno necessita de apoios quanto a vida social, comportamento, segurança, defesa, proteção entre outro, são os pontos de apoio relacionados à zona proximal de desenvolvimento de Vygotsky onde o papel da escola tem que ser revisto para além do ensino valorizar a independência do aluno (Moura, 2009).

A permanência do aluno com deficiência intelectual na escola depende em suma do acolhimento e do compromisso do profissional, as atividades devem valorizar as potencialidades do educando e não focar na dificuldade, o tempo destinado deve ser maior e as atividades devem ser ricas de acordo com cada necessidade.

O dever da sala comum e do atendimento educacional especializado é propiciar condições e liberdade para que o aluno com deficiência mental possa construir a sua inteligência, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, tornando-se agente capaz de produzir significado/conhecimento. (SEESP, 2006)

5. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS PNEE

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica destaca o atendimento educacional especializado como complementar e suplementar à escolarização determinando que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 contempla nos artigos 58 e 59 o atendimento educacional especializado assim como estabelece que os sistemas de ensino assegurem métodos, recursos e organização para atender os educandos com necessidades especiais, neste ponto o AEE possui uma relevância indiscutível dentro da escola.

O Atendimento Educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. (RES/SEE, 2001.)

O atendimento educacional especializado durante todo processo de escolarização articula-se à proposta pedagógica da escola, é obrigatório e necessário para apoiar o desenvolvimento dos alunos, o que se objetiva nesse ponto é que seja garantido o acesso, a permanência e a participação dos alunos, a escola precisa adequar-se no que se trata de acessibilidade, materiais pedagógicos e principalmente de profissionais comprometidos com a educação especial.

O AEE é realizado de preferência nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Salas de Recursos Multifuncionais, faz parte do PPP da escola, tem como público alvo alunos com deficiência física, mental, intelectual e sensorial, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/ superdotação.

Os profissionais da Educação Especial que trabalham no AEE devem envolver-se com os objetivos do ensino, devendo envolver-se com os professores comuns para que a meta seja alcançada, isso significa eliminar as barreiras que travam os alunos com necessidades especiais de participarem com autonomia e independência na escola.

Para atender as necessidades especiais dos alunos os professores do AEE devem elaborar planos individuais que viabilizem o desenvolvimento daquele aluno, é necessário além de reconhecer o tipo de deficiência, programar recursos, equipamentos e demais apoios para garantir a aprendizagem e a participação ativa dos alunos no processo de ensino.

O profissional de AEE possui algumas atribuições de importância fundamental na escola e na sociedade:

O professor de AEE observa a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos na sala de aula, as distorções, a pertinência, os limites desses recursos nesse e em outros ambientes escolares, orientando, também, as famílias e os colegas de turma ao uso dos recursos (MEC/SEESP 2009).

Para atender no AEE os professores devem ter formação específica que atenda os objetivos da educação especial além de estar sempre em formação continuada e especialização para melhor atender os alunos.

De forma significativa o Atendimento Educacional Especializado contribui para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns construindo uma cultura de valorização das diferenças e uma forma de acolher a todos os alunos independente de suas características para a construção de uma sociedade autônoma e participativa.

6. UNIDADE ESCOLAR CÔNEGO ACILINO E OS PNEE

A Unidade Escolar Cônego Acilino é uma escola pública da rede estadual, uma das escolas mais antigas de Valença, com a data de 16 de Fevereiro de 1934.

De acordo com dados da escola, a Educação Especial foi iniciada na escola no ano de 1985, foram treinadas duas educadoras em Teresina com capacitações voltadas para a deficiência intelectual para atender os PNEEs. Era feita uma triagem por profissionais como Fonoaudiólogo, Psicólogo, e outros, os alunos que eram repetentes e que tinham dificuldades de aprendizagem eram encaminhados para uma “Classe Especial”.

Com o tempo a sociedade tomou conhecimento do trabalho desenvolvido e a procura pelo atendimento cresceu, começando a ser atendidos outros tipos de deficiências, embora um tanto segregativa e com preconceito por parte de algumas pessoas.

No ano de 2004 com a política da inclusão, foi sugerida a extinção da classe especial, mas alguns alunos não tinham condições de ingressar nas salas comuns. Em 2006, dois professores foram capacitados para atender DA Deficiente Auditivo e DV Deficiente Visual. Logo em seguida a escola recebeu a sala de recursos.

Atualmente a escola possui alunos PNEEs em salas regulares e em classe especial com necessidades diversas. Existem ainda alunos de outras escolas que são atendidos pelo AEE. Os Atendimentos são feitos no contra turno e o planejamento é realizado às sextas feiras com acompanhamento do Técnico em Educação Especial da Gerência Regional de Educação.

6.1 PERCUSO METODOLÓGICO DO ESTUDO

A pesquisa no meio educacional é uma das principais formas de produção de conhecimento, mediante o objeto em estudo e os objetivos da

investigação e o tipo de análise de dados se configura como qualitativa, do tipo bibliográfica e de campo.

O termo pesquisa qualitativa nos traz uma imensidão de significados que se traduzem da escolha até os procedimentos:

[...] Quando falo de pesquisa qualitativa, estou falando de uma forma de conhecer o mundo que se materializa fundamentalmente através dos procedimentos conhecidos como qualitativos, que entende que o conhecimento não é isento de valores, de intenção e da história de vida do pesquisador, e muito menos das condições sócio-políticas do momento. (BORBA 2004, p. 3).

Segundo o autor, a pesquisa qualitativa não despreza o contexto, leva em conta as vivências da realidade fazendo um elo entre o investigador e o objeto em estudo.

A pesquisa bibliográfica foi adotada para levantamento de conhecimento entendendo sua necessidade dentro dos trabalhos de cunho educacional para conhecer a fundamentação teórica que subsidia a temática.

A pesquisa bibliográfica levanta o conhecimento disponível na área, possibilitando que o pesquisador conheça as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para compreender ou explicar o seu problema objeto de investigação. (MALHEIROS, 2010).

No intuito de trazer veracidade a teoria e conhecer a realidade, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, descritiva e exploratória, fazendo observações, compreendendo aspectos e buscando novos fenômenos.

Para coleta de dados com os gestores, professores, pais, optou-se pela aplicação de questionários, para gerar dados e perceber se há veracidade de informações, além de observações do espaço como forma de conhecer a realidade da instituição e do AEE.

Para os educandos elaborou-se roteiro de questões, tendo em vista a realização de entrevista, além de relato de observação em turmas regulares e, em salas de Atendimento Educacional Especializado.

Os educandos participantes e suas respectivas deficiências são: quatro de salas regulares (Cegueira, deficiência auditiva, baixa visão e dislexia com déficit de atenção) e quatro da classe especial (Autismo, Hiperatividade e Déficit de Atenção, Síndrome de Down e Epilepsia)

O roteiro de entrevistas foi utilizado para buscar informações os próprios educandos quanto ao relacionamento com professores e alunos, quanto as suas dificuldades e desenvolvimento dentro da escola, a observação em sala de aula foi necessária para verificar a forma como os PNEE são atendidos e quais os desafios que envolvem a prática pedagógica.

6.2 O Atendimento Especializado na Perspectiva do Diretor

A gestora da Escola é Licenciada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e atualmente faz o curso de Especialização em Educação Especial com Habilitação em Libras. Tem 34 anos de atuação. Entende deficiência como uma disfunção em um dos sentidos. Em relação aos recursos disponíveis para a Educação Especial, a escola tem a sala de recursos, mas não dispõe do mobiliário e alguns materiais adequados às necessidades de todos os alunos. Na escola são atendidos alunos com DI, DA, DV. A escola poderia ter mais recursos para trabalho no AEE e um atendimento multiprofissional na escola seria interessante para auxiliar professores e alunos. A experiência de trabalhar com alunos PNEEs é maravilhosa, conviver com a diferença é um privilégio, todas as atividades que são feitas na escola busco sempre a presença deles, tento inclui-los de todas as formas. Na parte física a escola possui rampas e banheiros adaptados, mas a principal necessidade são capacitações visto que os professores da sala regular e da classe especial não possuem nenhuma especialização na área.

Entre os aspectos observados e a fala da gestora, cabe salientar a questão da estrutura física da Sala de Recursos, a sala realmente possui alguns materiais, mas não possui o mobiliário adequado como exigência no Manual de Orientação: Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (2010), isso deveria estar disposto no PPP da escola para ser alcançado:

O Projeto Político Pedagógico - PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo na sua organização:
I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos.

O processo da inclusão requer de cada profissional envolvido a busca de melhoria das condições para propiciar uma educação significativa, o trabalho do gestor nesse momento é decisivo:

O papel do gestor é o de investigar o modo como as políticas estão sendo refletidas e trabalhadas no dia a dia. Nesse sentido, é importante verificar como estão sendo geridas, coordenadas e planejadas as ações de redução de exclusões (SANTOS & FONSECA, 2011).

6.3 A fala dos docentes sobre os educandos PNEE

Docente – DA (A) Docente DV (B) Docente DI (C)

Docente A - Professora Licenciada em Pedagogia possui curso de LIBRAS (268 horas), cursa especialização em Educação Especial com habilitação em LIBRAS. Atua há cinco anos. Entende Deficiência como uma perda ou anormalidade de alguma função do corpo. A Educação Especial na escola pública está em “passos lentos” a maioria das escolas não possuem condições físicas ou pedagógicas de recebê-los, na minha escola os alunos são acompanhados porque temos o AEE. São atendidos de acordo com as necessidades curriculares e linguísticas. Como recursos temos jogos, material dourado, computadores, ábacos, dicionários de libras, maquina de braille, reglete, etc. Infelizmente o governo não

oferta capacitações e para atuar e atender as necessidades dos meus alunos tem que buscar a própria formação continuada. São atendidos cinco alunos. É prazeroso conviver com meus alunos, a troca de saberes é maravilhosa. O desenvolvimento pedagógico às vezes é comprometido pela resistência dos professores das salas regulares em adaptar sua didática. O ambiente físico está preparado, mas a parte pedagógica no que se trata dos professores das salas regulares não sabem lidar com a maioria das necessidades.

Docente B – Licenciado em Letras Português. Atua a 13 anos. Deficiência é quando uma pessoa possui alguma falta dos sentidos ou algum problema que impede seu desenvolvimento. A Educação na rede regular ocorre de forma muito lenta sem grande importância das autoridades e principalmente sofre ainda preconceitos por parte das pessoas. Os PNEEs são atendidos no AEE, realizamos atividades como jogos, exercícios, utilizando recursos como Braille, impressoras e material adaptado a cada necessidade. Passei por algumas capacitações antes de começar a atuar, capacitação em braille e em tecnologia assistiva. Atendo 4 alunos, dois cegos e dois com baixa visão. As dificuldades são duas principalmente, o preparo dos professores e a parte financeira, a educação especial era pra dispor de mais recurso financeiro para garantir mais recursos didáticos para sala do AEE. A escola possui rampas, sala de recurso, mas ainda faltam algumas coisas, como cadeira de rodas por exemplo.

Docente C – Licenciada em Pedagogia. Atua a quatro anos. Deficiência é ter uma perda ou algum sentido comprometido prejudicando o desenvolvimento. A educação especial se encontra em fase inicial de adaptação no ensino, na nossa escola há o empenho em atendê-los bem. Os PNEEs são atendidos por meio do AEE para desenvolver alguma potencialidade ou para reforçar o currículo. As principais atividades que realizamos com os recursos disponíveis, como jogos, quebra-cabeças, jogo da memória, atividades de escrita e leitura dependendo da necessidade e desenvolvimento de cada um. Não recebi nenhuma capacitação, cursei apenas uma disciplina na Universidade sobre Educação Especial, para trabalhar com esses alunos é necessário além de verificar os diagnósticos pesquisar formas de trabalhar com eles. São aproximadamente 15 alunos da Classe Especial e 3 da sala regular e mais alguns que possuem dificuldade de

aprendizagem. Em relação ao desenvolvimento pedagógico é o fato da maioria dos professores da sala regular não terem capacitações, ignorarem a presença do aluno e não buscarem na prática favorecer os que possuem necessidades especiais. É muito bom trabalhar com esses alunos, eles em sua maioria são dóceis, temos uma relação agradável e vê-los desenvolver é gratificante. A escola fisicamente se encontra em bom estado, mas a parte pedagógica poderia ser melhorada com capacitações para professores da sala regular e do AEE.

Em análise aos questionamentos respondidos pelos professores, cabe ressaltar a formação de cada um para exercer o papel de docente no AEE, de acordo com a Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial. Apenas um dos professores possui formação específica para trabalhar com o AEE, os outros professores buscam a própria capacitação ou pesquisam e planejam a forma mais adequada de suprir as necessidades dos seus educandos.

Um fato percebido nas falas refere-se ao atendimento geralmente ser um reforço das atividades da sala regular, nas Diretrizes para a Educação Especial (2001) o AEE não pode ser confundido com reforço escolar, mas deve constituir-se como um conjunto de procedimentos específicos mediadores e auxiliares do processo de apropriação, construção e produção de conhecimentos. Como parte dessa mesma problemática foram citados a falta de preparo dos professores da classe regular, infelizmente esse é um problema de grande esfera, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) é assegurada essa capacitação como oferta no Sistema de ensino:

III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

6.4 Os pais e a inclusão de seus filhos (as) no contexto escolar

Nos questionamentos e entrevistas com os pais e filhos foi possível observar alguns aspectos relevantes nessa temática, ambos possuem bom relacionamento entre si, geralmente prestam obediência aos pais, quando questionados acerca da relação com os professores foram unânimes em dizer que tem bom relacionamento, no que se trata da relação com os colegas todos relataram o fato de muitas vezes serem chamados com adjetivos como “louco” “dóido” “ceguinho” entre outros, às vezes há certa rejeição por parte dos alunos da classe regular em fazer trabalhos em grupo, mas eles declararam relevar e sentirem-se seguros, ambos responderam que gostam de participar das atividades da escola, sejam elas cívicas ou do programa mais educação, dois alunos da sala regular participam ativamente da oficina de percussão e flauta, no que se refere ao atendimento educacional especializado pais e filhos foram específicos em dizer que consideram importante por desenvolverem atividades práticas, por ter um atendimento mais individualizado e por reforçar conteúdos quando não entendidos na sala regular, há avanços no fato de conseguirem desenvolver algumas habilidades e não serem reprovados. As dificuldades mais apontadas foram o tratamento clínico de alguns por estarem sempre viajando e não estarem sempre na escola (classe especial) e a falta de leitura por ter baixa visão ou ser cego tendo que estimular bastante à audição.

Os pais e alunos demonstram alegria em estarem inseridos na educação. A escola deve contribuir com o rompimento de qualquer tipo de preconceito e valorizar as participações ativas de todos os alunos e principalmente dos PNEEs onde demonstrem suas habilidades e competências.

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência. (Declaração de Salamanca, 1994).

6.5 Relato das observações pela pesquisadora

Durante a pesquisa puder adentrar dentro das salas regulares, especiais e de recursos. Na sala regular pude observar a relação entre o PNEE e os professores se relacionam bem, a dificuldade mais sentida faz referência ao Deficiente auditivo, porque a aula geralmente é em grande parte oral.

Na classe especial foram perceptíveis as atividades mecânicas, geralmente escritas ao quadro refletindo a falta de preparo dos professores, boa parte dos alunos não consegue escrever e pelo que pude notar existem alguns que poderiam ir para a sala regular, mas rejeitam pelo fato de serem maiores ou por medos dos pais de não se adequarem a outra escola.

Observando a sala de recursos, percebemos um ambiente bem pedagógico, materiais para todas as áreas da deficiência e algumas atividades observadas, as aulas voltadas para DA são geralmente explicando o conteúdo das aulas em libras ou conhecendo novos sinais, nas aulas com DV alguns alunos estudam braille e outros pedem leituras a cerca de conteúdos e nas aulas de DI são feitas atividades diversificadas de acordo com a necessidade, são feitos jogos, atividades escritas, orais, etc.

É possível perceber através de fotos de eventos da escola que os PNEEs estão sempre presentes participando de algum modo, inclusive se destacando em programas como o Mais Educação, ou em concursos de redação como temos o exemplo de um dos alunos de baixa visão que ganhou um tablet como melhor redação

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central deste estudo foi a analisar como se dá o processo ensino-aprendizagem na escola pública e como os educandos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais estão sendo atendidos observando até que ponto a educação inclusiva vem acontecendo na escola.

Durante o período da pesquisa foi interessante observar os alunos inseridos nas salas regulares, a força de vontade de aprender e de fazer parte do Universo da Educação, infelizmente uma educação efetiva que contemple todas as especificidades dos alunos anda distante, os professores em sua maioria não possuem didáticas e avaliações voltadas para o desenvolvimento desses educandos.

Na sala especial, foi sentida um pouco de segregação, a falta de capacitação dos professores gera uma defasagem no ensino. Para essas salas são destinados profissionais que estão em fase de aposentaria, que não possuem condições físicas e intelectuais para trabalhar com essa clientela, comprometendo o processo ensino-aprendizagem desses alunos por não desenvolverem uma educação de qualidade voltada aos PNNEs.

O Atendimento Educacional Especializado tenta dar suporte ao ensino que não consegue ser repassado na sala regular por falta de capacitação dos professores, se tornando o principal problema para a inclusão de cunho político e social, ao invés de desenvolverem habilidades, os alunos são atendidos como forma de reforçar conteúdos que não são assimilados.

A educação inclusiva é permeada por vários conflitos, é um processo difícil de ser executado, as políticas públicas não cumprem o papel que a lei estabelece e as escolas tentam incluir os educandos utilizando todas as possibilidades disponíveis, a política da inclusão deve ser repensada diante da complexidade envolvida, o direito à educação deve contemplar de fato uma educação inclusiva que emancipe e esse primeiro passo é dado quando há pesquisas e divulgações da nossa realidade, buscando conhecer e apontar transformações para que a escola cumpra o seu papel social.

REFERÊNCIAS:

ALBRES, Neiva de Aquino. **A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores.** Disponível em <http://editora-arara-azul.com.br/cadernoacademico/007_teseneiva.pdf> Acesso 18 de janeiro de 2014

BAUTISTA, R. **Necessidades educativas especiais.** Lisboa: Dinalivro. 1997.

BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.) **Pesquisa Qualitativa em Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BRITO, A. M. W. DESSEN, M. A. **Crianças surdas e suas famílias: Um panorama geral.** Psicologia: reflexão e crítica. Porto Alegre, 1997.

BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em de outubro de 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais,** Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990;

_____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Diário Oficial da União, Brasília/DF, nº 248, 23, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 2001;

_____. Lei Federal n. 10.436 de 24 de abril de 2002. **Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e da outras providencias,** Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Lei n 7.853, 24 de outubro de 1989.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 04 de fevereiro de 2014.

_____ **Sistema de Ensino do Piauí**. Resolução CEE/PI nº 072/2003. Disponível em <http://www.ceepi.pro.br/Normas%20CEE/2003%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20072%20%20Disciplina%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20especial.doc>> Acesso em 24 de janeiro de 2012.

COUTO, Álpia Ferreira. Conceito de Deficiência auditiva - In: A.F. Couto, A.M. Costa et all – **Como compreender o deficiente auditivo** - Rio de Janeiro: Rotary Clube do Rio de Janeiro. Comissão de Assistência ao Excepcional: EXPED, Expansão Editorial, 1985.

JOKINEN, Markku. **Alguns pontos de vista sobre a educação dos surdos nos países nórdicos**. In: SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. Processos e projetos pedagógicos. Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999, p. 105-127.

KYLE, Jim. **O ambiente bilíngue: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilinguismo para os surdos**. In: SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. Processos e projetos pedagógicos. Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999, p. 15-26.

LEMOS, E. R. **A educação dos cegos**. In: **Contato**. São Paulo: Laramara. Ano 4. n 6. p. 7-19. set. 2000.

MALHEIROS, Márcia Rita Trindade Leite. **Pesquisa na Graduação**. Disponível em: www.profwillian.com/_diversos/download/prof/marciarita/Pesquisa_na_Graduacao.pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2014.

MANTOAN, M^a. T. E. O Direito de Ser, Sendo Diferente, na Escola. In: RODRIGUES, D.(Org.), - **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a Educação Inclusiva, São Paulo: Summus, 2005

***MANTOAN, M^a. T. E. **Educação Inclusiva Orientações Pedagógicas**. In: FAVERO, E. A. G. et al. Aspectos legais e orientação pedagógica. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MOURA, Kátia Cristina Bezerra. **Uma análise crítica da profissionalização de alunos com deficiência intelectual: Construindo a educação inclusiva**. 2009. Disponível em http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201006101537330katia_moura.pdf Acesso em 04 de fevereiro de 2014.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

SÁ, N.R.L. **Questões a propósito de uma avaliação interativa na educação de surdos**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

SOARES, Maria Aparecida leite. **A Educação do Surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, EDUSF, 1999.

THOMA, Adriana da Silva. **Comunidades, cultura, identidades e movimento surdo**. Apostila do Curso de LIBRAS I, 2009 VYGOTSKY, L.S. Concrete human psychology. Soviet Psychology, v. 27, n. 2, p. 53-77, 1989.

TURECK, Lucia Terezinha Zanato. **DEFICIÊNCIA, EDUCAÇÃO E POSSIBILIDADES DE SUCESSO ESCOLAR: UM ESTUDO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**. 2003. Disponível < [cac-
php.unioeste.br/projetos/pee/.../um_estu_de_alu_com_defi_visual.txt](http://cac.php.unioeste.br/projetos/pee/.../um_estu_de_alu_com_defi_visual.txt)> Acesso em 24 de janeiro de 2014.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO AO DIRETOR

1. Qual sua Formação?

2 Tempo de atuação?

3) Defina o seu entendimento sobre Deficiência

4 Como se encontra a Educação Especial na rede regular de ensino público? E na sua escola?

5 Quais os recursos disponíveis na sua escola para a Educação Especial?

6 Quais os tipos de deficiências atendidas pela escola?

7 Que dificuldades e desafios a escola tem enfrentado em relação ao desenvolvimento do trabalho pedagógicos?

9 Como é a experiência de trabalhar com alunos deficientes?

10 A escola está adaptada física e pedagogicamente para os alunos deficientes? Justifique sua resposta.

QUESTIONARIO APLICADOS AOS DOCENTES

- 1- Qual sua Formação?
- 2- Tempo de atuação?
- 3- Defina o seu entendimento sobre Deficiência
- 4- Como se encontra a Educação Especial na rede regular de ensino público?
E na sua escola?
- 5- Como são atendidos os portadores de necessidades educacionais especiais?
- 6- Quais são as principais atividades realizadas no AEE?
- 7- Quais os recursos disponíveis na sua escola para a Educação Especial?
- 8- Quantos alunos são atendidos na sua área?
- 9- Que tipo de formação o professor recebeu para atuar na Educação Especial?
É oferecida a formação continuada?
- 10- Que dificuldades e desafios a escola tem enfrentado em relação ao desenvolvimento do trabalho pedagógicos?
- 11- Como é a experiência de trabalhar com alunos deficientes?
- 12- A escola está adaptada física e pedagogicamente para os alunos deficientes? Justifique sua resposta.

QUESTIONARIO APLICADO AOS PAIS

- 1- Qual a deficiência especificadamente?
- 2- Existe dificuldade na relação pai-filho?
- 3- Como você tem acompanhado seu filho na escola?
- 4- Considera que há bons avanços na aprendizagem do seu filho?
- 5- Qual a importância do AEE no processo de ensino-aprendizagem?
- 6- Considera seu filho realmente incluído na escola?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS EDUCANDOS

- 1- Como você se sente na escola?

- 2- Qual a sua relação com os professores?

- 3- Qual a sua relação com os colegas da classe?

- 4- Qual a importância do AEE para sua aprendizagem?

- 5- Você participa das atividades feitas pela escola?

- 6- Qual a sua principal dificuldade no processo ensino-aprendizagem?